

LIVRO DE RESUMOS



25 a 26 de agosto de 2025

FIOCRUZ, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)

Rio de Janeiro, RJ

ISBN 978-650165839-1



Livro de Resumos do 2º. Seminário Integrado

Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

Edição Única

Copyright© 2025

O conteúdo e a revisão ortográfica e gramatical dos resumos publicados neste livro são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Livro de Resumos do 2º. Seminário Integrado: Vigilância Popular em Saneamento e Saúde / organizadoras do livro Adriana Sotero Martins, Maria Victória Matos Ventura Nunes. -- Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2025.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-65839-1

1. Divulgação científica 2. Saneamento 3. Pesquisa científica 4. Seminários 5. Vigilância sanitária I. Martins, Adriana Sotero. II. Nunes, Maria Victória Matos Ventura.

Índices para catálogo sistemático:

1. Saneamento, saúde e meio ambiente :
Rio de Janeiro : Estado : Economia
333.098153



Distribuição gratuita

Acesse também a versão completa em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/secao/45098>

E no Repositório da ARCA da Fiocruz em: <https://arca.fiocruz.br/home>

Acompanhe notícias no Instagram do Grupo de Pesquisa em: [@gp_fiocruz_saude_saneamento](https://www.instagram.com/gp_fiocruz_saude_saneamento)

Assista todas as apresentações no YouTube da Fiocruz/ENSP: <https://www.youtube.com/@enspcci>



2º. SEMINÁRIO INTEGRADO – VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Buscando fortalecer os laços entre os pesquisadores que atuam na vigilância popular em saneamento e saúde e promover a troca de experiências entre as diferentes práticas, temos o prazer de apresentar a 2ª edição do Seminário Integrado – Vigilância Popular em Saneamento e Saúde.

Durante o evento, especialistas e pesquisadores que atuam em práticas populares compartilharam suas experiências e insights sobre práticas inovadoras na vigilância popular.

Desde profissionais estabelecidos até estudantes entusiastas, todos foram bem-vindos a participar dessa prática de aprendizado e colaboração.

Além disso, convidamos pesquisadores, profissionais e estudantes a submeterem os resumos de seus trabalhos relacionados às suas práticas de pesquisa científica para apresentação durante o evento. Foi uma grande oportunidade de compartilhar suas pesquisas e diálogo.

Evento integrado ao Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente e Saneamento da FIOCRUZ/ENSP.

Financiamento: Emendas Parlamentares

nº 202444830015 – Dep. Federal Tarcísio Motta, Projeto Institucional (Fiotec) - ENSP-053-FIO-24.

nº 202444420003 – Dep. Pr. Henrique Vieira, Projeto Institucional (Fiotec) - ENSP-054-FIO-24.



PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DO SANEAMENTO EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: JACAREZINHO, MANGUINHOS, ROCINHA E COMPLEXO DO SALGUEIRO (SÃO GONÇALO)

Autora: Rejany Ferreira dos Santos

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O saneamento básico é um direito instituído no Brasil e no mundo, ele é essencial para a qualidade de vida da população no meio rural e urbano, além de contribuir para o equilíbrio do meio ambiente e para o desenvolvimento socioeconômico. Os dados do Censo Demográfico de 2022, mostram que 62,5% dos brasileiros residem em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto. Apesar do aumento de 9,7 pontos percentuais em relação ao censo anterior (52,8%), em 3.505 dos 5.569 municípios, menos da metade da população conta com o serviço. No estado do Rio de Janeiro, 84,38% das moradias possuem acesso à rede de esgoto, 84,72% à rede de abastecimento de água e 98,03% à coleta de lixo. Esses números, contudo, não revelam a realidade das favelas do estado, que formam o conjunto de locais com o menor acesso aos serviços de saneamento básico, o que demonstra a importância da pesquisa nesses territórios socioambientalmente vulnerabilizados.



GESTÃO DE RESÍDUOS EM MANGUINHOS: PROJETOS COMUNITÁRIOS E DESAFIOS ATUAIS

Autoras: **Ericka Kathellin dos Santos Amaro**¹; Adriana Sotero Martins²; Natasha Berendok Handam²

1. Bolsista PIBIC CNPq/ENSP/FIOCRUZ; 2. Orientadoras

O Complexo de Manguinhos enfrenta desafios na gestão de resíduos sólidos, agravados pela alta densidade demográfica e infraestrutura precária. Para reduzir os impactos, surgem projetos comunitários de práticas sustentáveis. O Recicla Comunidade permite que moradores troquem recicláveis por créditos no comércio local; enquanto o Ecoponto Itinerante da Fiocruz instalado nos campus de Manguinhos e da Maré, recebe vidro, plástico, eletroeletrônicos, óleo de cozinha e medicamentos. A Comlurb inaugurou um Ecoponto fixo no Conjunto da Embratel, voltado ao descarte de entulho e lixo doméstico. Essas iniciativas ajudam a diminuir os resíduos sólidos nas ruas e os riscos à saúde. Contudo, ainda há baixa adesão da população. A educação ambiental é essencial para ampliar o engajamento comunitário, e fortalecer as ações. Assim, Manguinhos mostra que a gestão participativa de resíduos traz benefícios sociais, econômicos e ambientais.



ÁGUA COMO DIREITO HUMANO: CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DESSE CAMPO

Autor: **Antônio Rafael Viegas de Mendonça**

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O trabalho investigou como as principais organizações públicas, privadas e do terceiro setor no Brasil — ministérios, secretarias, conselhos de direitos humanos, comissões do Legislativo e Judiciário, além de ONGs — de fato incorporam a noção da água e do saneamento como direitos humanos, conforme definido pela ONU. A análise revela que, embora a linguagem do “direito humano à água” apareça em documentos oficiais e discursos institucionais, sua incorporação prática ainda é fragmentada e marcada por tensões entre regulação estatal, privatização do setor e participação popular. Em muitos casos, conselhos e órgãos de direitos humanos reconhecem a importância do tema, mas não possuem instrumentos efetivos de atuação. Já movimentos sociais e ONGs, grosso modo, apresentam uma apropriação mais consequente, sobretudo quando têm como agenda uma pauta especificamente socioambiental. Assim, a pesquisa conclui que a incorporação plena da água como direito humano ainda é um campo em disputa, que depende da articulação entre o campo dos direitos humanos e o campo ligado ao saneamento e à luta por justiça no acesso à água.



INVESTIMENTOS PÚBLICOS APÓS PRIVATIZAÇÃO DA CEDAE

Autores: **Bernardo Isidio de Oliveira**¹; Bruno Lins¹; Júlia Borges da Costa¹; Luiz Mario Behnken¹

1. Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O estudo analisa os investimentos públicos em saneamento no RJ (2016-2024) antes e após a concessão parcial da CEDAE em 2021. Antes da concessão (2016-2020), os investimentos estaduais caíram mais de 56%, evidenciando um desfinanciamento deliberado que fragilizou a estatal e criou o discurso de "ineficiência" para justificar a privatização. Após 2022, pós-concessão, os investimentos em saneamento mantiveram-se em patamar baixo, inclusive inferior aos anos imediatamente anteriores à privatização. Apesar do aumento geral dos investimentos estatais e dos R\$ 22,7 bilhões da outorga do leilão, esses recursos não foram direcionados à área de saneamento. Isso evidencia um claro processo de desresponsabilização do poder público no setor, cuja participação no investimento total diminuiu ainda mais.



COMUNICAÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA NA PESQUISA DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

Autora: Maria Victória Matos Ventura Nunes

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

Os boletins mensais da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, de maio a julho, evidenciam ações em defesa da água pública e do saneamento ambiental. As atividades da Rede incluíram protestos contra a privatização da Cedae e seminários sobre seus impactos. No âmbito comunitário, oficinas promoveram diálogo e conscientização sobre saneamento. A coleta de dados nas comunidades subsidiou denúncias contra o aumento abusivo de tarifas e a flexibilização de leis ambientais. A publicação desses boletins é crucial para a transparência da pesquisa, garantindo a divulgação acessível de resultados e avanços, o que fortalece a confiança e credibilidade. Para a comunicação popular, os boletins são ferramentas vitais, traduzindo informações complexas de forma acessível, engajando comunidades, informando sobre direitos e mobilizando a população para a participação social ativa nas lutas por saneamento e saúde.



OS CONCEITOS DE TEORIA DO MÍNIMO VITAL DE ÁGUA, INJUSTIÇA AMBIENTAL E O PROJETO REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR DE SANEAMENTO E SAÚDE

Autor: **Eduardo da Silva Leitão**

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

Consideramos que a sociedade, suas relações e seus processos históricos moldam o espaço. É uma perspectiva que busca compreender as dinâmicas sociais, eventos históricos e a configuração espacial entrelaçam e influenciam mutuamente. O acesso a rede de água, esgotamento sanitário, prestação de serviço de saneamento adequado e impactos causados pelas enchentes é uma defesa fundamental do direito humano. Vamos relatar e refletir nosso estudo de caso em Vigário Geral e Jardim América, na luta por dignidade, cidadania e a busca por melhorias nestas localidades pelo poder público e concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgoto. Sendo assim, iremos trabalhar os conceitos de teoria do mínimo vital de água e injustiça ambiental como partes teóricas fundamentais da nossa pesquisa-ação.



ENFRENTAMENTO E RESILIÊNCIA AS ENCHENTES NA REGIÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARI

Autor: André Luiz Santos de Almeida

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

As servidões de esgoto e as galerias pluviais nos bairros de Vigário Geral, Jardim América e Parada de Lucas são um motivo de conflito entre os moradores e a concessionária responsável pelo esgotamento sanitário na região. Essa área faz parte da Bacia hidrográfica do Rio Acari, que desemboca no Rio dos Cachorros e se liga ao Rio Meriti; historicamente ocorrem enchentes causadas pela ocupação irregular de áreas de várzea e a falta de uma infraestrutura de saneamento adequada. A separação entre a rede de esgoto e as galerias de águas pluviais é crucial para a saúde pública e a qualidade de vida dos moradores da região. Um grande desafio da pesquisa é o levantamento dos usos das galerias e servidões, pois passam inclusive pelos terrenos privados devido aos acidentes geográficos da região. A principal consequência da contaminação por esgotos nessas galerias que passam pelos terrenos (servidões) é a exposição dos moradores, especialmente nas enchentes, a riscos de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.



COMUNICAÇÃO EM SAÚDE: UMA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

Autor: **Carlos Affonso dos Santos Mello**

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O objetivo central deste trabalho é tratar da experiência inicial de ingresso na equipe de Comunicação do projeto de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde no Estado do Rio de Janeiro da ENSP/Fiocruz. Compartilhar com os/as demais participantes do seminário o que tem sido feito no âmbito do projeto e de que maneira a vivência profissional anterior no Parque Nacional da Tijuca, especialmente as atividades junto às comunidades do entorno e o trabalho de preservação de órgãos como o ICMBio, ajuda a dar perspectiva ao papel da Comunicação do mesmo.



QUALIDADE DA ÁGUA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2024

Autoras: **Elvira Carvajal**¹; Ludimila Santos Amaral¹; Adriana Sotero-Martins²

1. Bolsista/Pesquisadora Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde
2. Pesquisadora FIOCRUZ/ENSP

Foram analisados dados disponibilizados pelo VIGIAGUA acerca dos parâmetros que impactam a qualidade de água (IQA) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro no período de 2024, a fim de subsidiar as análises comparativas com os dados publicados nos relatórios da FIPE, no mesmo período. Verificou-se que alguns municípios apresentaram os dados referentes a quantidade de cloro e a turbidez, enquanto outros incluíram cor, pH, quantidade de fluoreto. Considerou-se IQA não conforme, se qualquer um dos parâmetros não estavam na faixa dos valores permitido legalmente. Análises preliminares mostraram que os dados referentes a alguns municípios não refletem os fatos veiculados pela grande mídia.



DÉFICIT DOS DADOS DO ÍNDICE DA QUALIDADE DA ÁGUA ENVIADOS PELAS CONCESSIONÁRIAS DOS BLOCOS 1, 2, 3 E 4 PARA O VERIFICADOR E CERTIFICADOR INDEPENDENTE (FIPE)

Autoras: **Gabriela Merola**¹; Natasha Berendonk Handam¹; Adriana Sotero-Martins²

1. Bolsista/Pesquisadora Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

2. Pesquisadora FIOCRUZ/ENSP

Foi realizada a avaliação do índice de qualidade da água (IQA), obtidos nos relatórios mensais fornecidos pelo verificador independente, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O trabalho foi desenvolvido com a análise dos relatórios mensais, sendo montado um banco de dados das informações obtidas nestes relatórios. Os dados serão utilizados para um estudo e comparação com dados obtidos através do VIGIAGUA. Os dados obtidos são referentes às concessionárias: Águas do Rio - Bloco 1, Iguá - Bloco 2, Rio + Saneamento - Bloco 3 e Rio + Saneamento - Bloco 4. Estas informações obtidas nos farão entender como as concessionárias estão se comportando em relação ao cumprimento das metas de desempenho exigidas nos contratos. Foram considerados as premissas do anexo III dos contratos, que fornece os parâmetros relacionados aos cumprimentos das metas de desempenho. Uma pesquisa foi realizada em relação ao que compete ao verificador independente (FIPE), e à agência reguladora AGENERSA, a fim de entendermos a responsabilidade de cada órgão envolvido no processo de concessão.



A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO

Autoras: **Joyce da Silva Santos**¹; Adriana Sotero-Martins²; Maria José Salles²

1.Bolsista/Pesquisadora Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

2.Orientadoras/Pesquisadora FIOCRUZ/ENSP

O trabalho traz uma reflexão sobre o papel da comunicação popular no fortalecimento da Rede de Vigilância Popular em Saúde e Saneamento. Enquanto bolsista de comunicação, tenho atuado neste início, na produção de conteúdos que aproximam a comunidade das atividades do projeto. O objetivo é tornar as ações mais visíveis e acessíveis, estimulando a participação social. A comunicação é compreendida aqui não apenas como divulgação, mas como prática de diálogo e mobilização. Esse trabalho busca valorizar as vozes dos territórios e traduzir os debates técnicos em linguagem simples e popular. Também ressalta a importância de registrar e compartilhar as experiências de luta pelo saneamento e saúde. Ao mesmo tempo, contribui para a formação política e cidadã dos envolvidos. A proposta é mostrar como a comunicação fortalece a identidade coletiva e amplia o alcance da vigilância popular.



VOZES DO JACAREZINHO: PERCEPÇÕES SOBRE SANEAMENTO E SAÚDE

Autores: **Lúcia Cristina Souza Soares**¹; Adriana Sotero-Martins²; Natasha Berendonk Handam²

1. Bolsista PIBIC/Fiocruz/ENSP.

2. Orientadoras

Subtítulo: “Resultados das entrevistas com moradores do Morrinho, Xuxinha e Pica-Pau”

Este estudo, intitulado “Vozes do Jacarezinho: percepções sobre saneamento e saúde”, teve como objetivo principal coletar e analisar as perspectivas dos moradores de algumas áreas específicas da comunidade. A pesquisa focou em como as condições de saneamento básico afetam a saúde e o bem-estar da população. A metodologia empregada consistiu na realização de 62 entrevistas no segundo semestre, distribuídas em diferentes locais: 37 no Jacarezinho (general), 10 no Morrinho, 11 na Xuxinha e 4 no Pica-Pau. Os resultados preliminares indicam uma forte correlação entre a infraestrutura sanitária deficiente e a incidência de problemas de saúde. As entrevistas revelaram a urgência de melhorias no saneamento para mitigar riscos e promover uma melhor qualidade de vida. Em suma, o estudo conclui que a percepção dos moradores é crucial para o planejamento de intervenções que realmente atendam às necessidades da comunidade.



QUEM MOVE O SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO? UMA ANÁLISE DAS REDES DE PODER E INFLUÊNCIA

Autores: **Yasmin Carvalho de Assumpção**¹; João Roberto Lopes Pinto²; Patrícia Finamore Araujo²

1. Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP

2. Orientadores

A partir da percepção de que a coesão e a adaptabilidade da rede de governança no saneamento estão intrinsecamente ligadas à atuação de dirigentes e organizações que funcionam como "pontes" entre as diversas companhias e demais instituições, um dos principais esforços da pesquisa foi o mapeamento dos dirigentes e suas conexões. O propósito do levantamento dos dados é compreender as dinâmicas e a estrutura dessa rede, pautando a simultaneidade e influência desses atores no setor através da análise dessas conexões, sejam profissionais, em setor público ou privado, ou acadêmicas. Também foram analisadas as pessoas físicas de maior centralidade nessa rede, que atuam por si só como conectores, sendo capazes de interligar um múltiplo número de instituições e facilitam o fluxo de informações.



QUALIDADE DA ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DE RJ EM 2024: ANÁLISE DE COLIFORMES TOTAIS

Autores: **Ludimila Santos Amaral**¹; Elvira Carvajal¹; Adriana Sotero-Martins²

1. Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP
2. Orientadoras/Pesquisadora FIOCRUZ/ENSP

A qualidade da água está diretamente ligada à saúde pública, sendo os Coliformes Totais (CT) importantes marcadores de falhas no tratamento ou contaminação na rede. Este estudo analisou 21.729 amostras de 92 municípios do Rio de Janeiro em 2024, com base nos dados do Vigiagua. A Portaria GM/MS 888/2021, exige ausência de CT em 100 mL, 1.681 amostras (7,74%) estavam fora do padrão. As maiores conformidades foram observadas no Norte (96,37%), Baixada Litorânea (94,93%) e Noroeste (94,30%). Enquanto a Baía da Ilha Grande (52,93%) e Centro-Sul (11,41%) apresentaram os piores resultados. A análise evidencia desigualdade regional na qualidade da água distribuída, sendo prioritário fortalecer o saneamento e a vigilância ambiental, com foco em regiões críticas, para assegurar água segura e reduzir vulnerabilidades.



COMUNICAÇÃO ENTRE O USUÁRIO, O CIENTISTA E O ENTORNO POLÍTICO ECONÔMICO NO DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO

Autor: Rodrigo Otávio Cruz Moreira

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

O subprojeto Comunicação em Pesquisas em Saneamento e Saúde, dentro do projeto de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, tem como objetivo divulgar ações, trabalhos e resultados acadêmicos e científicos para uma ampla audiência. Através principalmente da linguagem jornalística, busca-se alcançar as variadas camadas da população que são afetadas pela pesquisa e pela ciência. Trocar informações entre o cidadão que abre a torneira em sua residência e o cientista que sabe o porquê a água está saindo mais clara ou escura. Esta informação é gerada pelos outros subprojetos do projeto, e divulgada periodicamente através de diferentes canais de comunicação.



SEI: INTERAÇÕES ENTRE A AGENERSA E A CASA CIVIL COM AS CONCESSIONÁRIAS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Autora: **ILCA LOPES BEZERRA**

Bolsista-pesquisadora da Fiocruz/ENSP

A atividade de monitoramento e pesquisa sobre os procedimentos administrativos na AGENERSA relacionados à concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, disponíveis na forma de processos e documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, revelam as relações existentes entre os órgãos dessa agência reguladora, a Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do RJ, as empresas concessionárias e as entidades da Sociedade Civil Organizada, essas últimas demandantes de condições adequadas de serviços, governança e participação social. Nesse 2º Seminário do Projeto, lança-se um olhar para dois temas: os planos diretores dos blocos 1 e 4 da concessão e o regulamento de serviços aprovado mediante o Decreto Estadual No. 48.225/2022. É evidente a diferença de tratamento dado pela alta administração da AGENERSA entre a concessionária Águas do Rio e representantes da sociedade civil e até do legislativo.



PERCEPÇÕES SOBRE A PESQUISA DE CAMPO NA REGIÃO DE VIGÁRIO GERAL

Autora: **MARIA TERESA MARIANO DA SILVA**

Bolsista-pesquisadora da Fiocruz/ENSP

A pesquisa de percepção sobre as condições do abastecimento de água e do saneamento ambiental tem sido realizada nos bairros de Vigário Geral e Jardim América por meio da aplicação presencial de um questionário validado pela ENSP/FIOCRUZ. Além das informações geradas a partir das perguntas respondidas pelos entrevistados e que serão analisadas estatisticamente, as percepções sobre o engajamento dos moradores (ou a falta dele) foram captadas pela bolsista, que faz uma análise qualitativa e coloca o seguinte questionamento: como vencer a apatia das pessoas que se sentem negligenciadas pelo poder público?



ANÁLISE DOS GASTOS COM SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E O IMPACTO DOS RECURSOS DA OUTORGA DA CEDAE

Autores: Luiz Mario Behnken; Bernardo Isidio de Oliveira; Bruno Lins; Júlia Borges da Costa

Pesquisadores/Bolsista Fiocruz/ENSP

O estudo analisa os investimentos em saneamento no Rio de Janeiro, com ênfase na Fundação Rio-Águas. Até 2016, a fundação recebeu altos aportes, ultrapassando R\$ 900 milhões em 2013, possibilitando obras estruturais como a construção de reservatórios para controle de enchentes. A partir de 2017, os gastos reduziram-se, alcançando o menor valor em 2021 (R\$ 64,3 milhões). Observa-se que, em 12 anos, a Rio-Águas não executou integralmente o orçamento aprovado nas Leis Orçamentárias, com percentual médio de execução de 60%, assumindo postura reativa durante a resolução de emergências no lugar de ações preventivas. Ademais, os recursos da outorga da CEDAE revelaram baixa representatividade no orçamento do órgão, a prefeitura recorreu a operações de crédito para financiar obras, contrariando a proposta inicial de utilizar tais recursos.



ANÁLISE DOS VALORES REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS REFERENTES À CONCESSÃO DA CEDAE

Autores: **Bruno Lins Avila Ferreira**; Luiz Mario Behnken; Bernardo Isidio de Oliveira;
Júlia Borges da Costa

Pesquisadores/Bolsista Fiocruz/ENSP

Foi realizado um levantamento dos valores recebidos pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro que participaram do leilão de concessão da CEDAE. A pesquisa abrange todos os municípios contemplados, com foco nos repasses da outorga fixa realizados entre 2021 e 2025. Nesse período, os municípios participantes, exceto a capital, receberam um total de R\$ 4,4 bilhões, valor que corresponde a 19,38% do montante total da concessão. Como próximos passos, pretende-se analisar os gastos municipais com a função saneamento antes e depois da concessão. Além disso, será realizada uma pesquisa específica sobre os repasses da outorga variável. O objetivo é compreender o impacto desses repasses nos orçamentos municipais ao longo dos anos e avaliar possíveis mudanças na gestão de recursos voltados ao saneamento básico.



AVALIAÇÃO SOBRE O INDICADOR DE SANEAMENTO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autores: **Natasha Berendonk Handam**¹; Adriana Sotero-Martins²

1. Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP

2. Pesquisadora/FIOCRUZ/ENSP

Foi realizada uma avaliação da carência de abastecimento de água nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, por meio dos dados do Censo de 2022 do IBGE (dados disponíveis em <https://drive.google.com/drive/u/3/folders/1NWC-pZ4Rb74E6reGSOiaVrZtzcyDYM-K>). Para verificar o percentual de abastecimento de água canalizada, foi verificado o item água “canalizada até dentro da casa, apartamento ou habitação” em relação à rede geral de distribuição. Os resultados demonstraram que os municípios com maiores carências com falta de abastecimento de água canalizada foram São Francisco de Itabapoana e Carapebus com apenas 23% de abastecimento de água, em seguida Itaboraí com 25%, Sumidouro e Magé com 28%. O total em relação ao estado do Rio de Janeiro é de 83% de abastecimento de água canalizada para a população.



MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Autor: **Walmir Lima da Silva**

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

O trabalho irá apresentar a organização, metodologia e alguns dados referentes à aplicação da pesquisa sobre a qualidade da água e saneamento básico no Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara (Conjuntão). Foi aplicado questionário estruturado, aprovado por CEP/Fiocruz, os participantes deveriam ser dos territórios mapeados pelo subprojeto 8, organizados pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). A ideia é demonstrar como as reuniões dos grupos de família também se tornaram espaços de divulgação da pesquisa, facilitando a definição dos trajetos e domicílios a receberem os questionários nos dias definidos. Não obstante, as reuniões tornaram-se ferramentas para o DRP, possibilitando caracterizar o território em seus aspectos destrutivos e, assim, mobilizar denúncias a Rio + Saneamento (Qualidade da água da rua) e a Zona Oeste Mais Saneamento (Esgoto sanitário).



AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS CONDIÇÕES DO SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DO LINS DE VASCONCELOS, RJ

Autora: **Gabriela Gomes laia da Silva**

Bolsista PIBIC/CNPq/ENSP

A comunidade do Lins enfrenta sérios problemas relacionados ao esgoto a céu aberto, comprometendo o saneamento básico, a saúde pública e o meio ambiente. O mau cheiro é constante e afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores. A coleta de esgoto é insuficiente e, na ausência de banheiros adequados, muitas famílias recorrem ao descarte irregular de fezes e urina. Durante o período de chuvas, os retornos de esgoto tornam-se ainda mais frequentes, agravando a situação. A população clama por uma rede pública de esgotamento sanitário eficiente e duradoura. A falta de saneamento é uma questão urgente que precisa ser solucionada, pois o bem-estar e a saúde da comunidade devem ser prioridade.



PRIVATIZAR PARA QUÊ? OS EFEITOS FISCAIS E SOCIAIS DA CONCESSÃO DA CEDAE NO RIO DE JANEIRO

Autores: **Júlia Borges da Costa**; Bernardo Isidio de Oliveira; Bruno Lins; Luiz Mario Behnken

Pesquisadores/Bolsista Fiocruz/ENSP

O estudo aborda a privatização da CEDAE como um projeto de desmonte do serviço público, imposto pelo Plano de Recuperação Fiscal do RJ para sanar a crise fiscal. As privatizações prometem alívio orçamentário e maior eficiência, mas, para estatais lucrativas como a CEDAE, a perda de seus resultados positivos impacta negativamente o resultado primário do governo no médio/longo prazo, sendo o alívio fiscal inicial temporário. Na prática, há uma mudança fundamental no processo decisório: o controle dos investimentos torna-se privado, focado no retorno financeiro, preterindo a universalização e necessidades sociais. Isso leva à negligência de áreas vulneráveis, como favelas e aglomerados subnormais, que não são incluídas nas metas de universalização propostas pelo Novo Marco Legal do Saneamento nos contratos de concessão, gerando disparidade nos investimentos em saneamento.



ANÁLISE DE DADOS SOBRE O ACESSO A ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE FAVELAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autores: **Norberto dos Santos Junior** (1); Priscila Gonçalves Moura (1); Maria Jose Salles (2), Adriana Sotero-Martins (2)

(1) Pesquisador (a) /Bolsista Fiocruz/ENSP; (2) Pesquisadora em saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

A desigualdade no acesso ao saneamento básico é uma realidade evidente nas favelas e comunidades urbanas do Estado do Rio de Janeiro. Embora o esgotamento sanitário seja um serviço essencial à saúde pública e à dignidade humana, muitos moradores dessas áreas vivem sem conexão adequada à rede geral. Através dos dados do IBGE (2022) e o QGIS 3.22.11, avaliou-se a distribuição do esgotamento sanitário nas comunidades. Apesar de 82% dos domicílios estarem atendidos por redes de esgoto convencionais, uma parcela significativa (18%) ainda depende de soluções alternativas, como fossas rudimentares ou despejo direto em corpos hídricos. Das 1.724 favelas mapeadas, 242 apresentam menos de 20% de cobertura pela rede geral e pluvial. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas que priorizem investimentos em infraestrutura sanitária.



A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E SANEAMENTO NO ALTO INDEPENDÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

Autora: **SUELEN DA SILVA SOUSA**

Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP

A presente comunicação tem por objetivo apresentar o processo de trabalho realizado no bairro Alto Independência, em Petrópolis, através do Projeto Vigilância Popular em Saúde e Saneamento, desenvolvido no bairro Alto Independência, no município de Petrópolis. Apresentaremos a experiência de preenchimento dos questionários, as atividades desenvolvidas nesse processo e o diálogo com os atingidos sobre as questões que envolvem o saneamento na cidade e as marcas deixadas pela privatização no Município. Petrópolis é um município localizado na região Serrana do estado do Rio de Janeiro, pertencente a região metropolitana, um município de 278.881 habitantes, que resguarda uma singularidade importante no tocante às privatizações da água no estado, uma vez que sua concessão remonta o ano de 1998, administrado pela empresa Águas do Brasil – através da concessionária Águas do Imperador. Apresentaremos, de forma preliminar e inconclusa a caracterização do município e o trabalho de vigilância popular desenvolvido através da organização do MAB no território do Alto Independência. Uma questão mobilizadora no território nos interessa, pois no site da empresa Águas do Imperador, consta que, “Atualmente, 99,1% da população urbana tem acesso à água tratada, e a cobertura de esgoto urbano é de 86,7%, fazendo com que a cidade ganhe destaque em relação à maioria dos municípios brasileiros (ÁGUAS DO IMPERADOR, [S/D]”. O que estamos constatando, a partir da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), não condiz com a afirmação da empresa.



A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E SANEAMENTO FRENTE ÀS PRIVATIZAÇÕES DA ÁGUA NO RIO DE JANEIRO

Autor: **ROBERTO CARLOS OLIMPIO DE OLIVEIRA**

Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP

O estado do Rio de Janeiro passa por uma grande onda de privatizações nos serviços ligados à água e esgoto, com ponto alto no ano de 2021, ano de concessão de parte dos serviços. Essa realidade reconfigura as dinâmicas sociais da população fluminense, especialmente para as famílias mais vulneráveis socialmente e ambientalmente, frente a crise climática e ambiental. Essa é a realidade dos territórios de trabalho do Movimento dos Atingidos por Barragens no Rio de Janeiro, com destaque para as duas áreas que estão no presente projeto – Petrópolis e Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara, na zona Oeste do Rio de Janeiro. O que esses territórios têm em comum? São territórios atingidos pela crise climática e que os seus processos de privatização foram anteriores às concessões de 2021/22. A nossa proposta de apresentação, é demonstrar, a partir das experiências práticas de atuação nesses territórios, que a vigilância popular em saúde se realiza a partir da organização popular, das famílias dos próprios territórios, discutindo seus problemas e pensando as soluções. Nesse sentido, as reuniões em grupos, o levantamento das pautas e durante as reuniões, a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que levanta as demandas da comunidade relacionadas à água, saneamento e efeitos da crise climática. Nossa defesa, a partir do trabalho prático de organização comunitária, é de que, enquanto maior o grau de organização, maior é a capacidade de lutar por direitos e construir na prática uma vigilância popular.



ANÁLISE DE DADOS SOBRE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS DE FAVELAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autores: Priscila Gonçalves Moura (1); Norberto dos Santos Junior (1); Maria Jose Salles (2), Adriana Sotero-Martins (2)

(1) Pesquisador (a) /Bolsista Fiocruz/ENSP; (2) Pesquisadora em saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Dados do IBGE (2022) indicam que 90% das favelas e comunidades urbanas do estado do Rio de Janeiro estão abastecidas pela rede geral de água. No entanto esses dados não consideram que grande parte desse abastecimento é feito por redes clandestinas. O serviço não é amplamente ofertado e o acesso à água nas favelas não é frequente. Usando os dados do IBGE 2022 e o QGIS V3.22.11, avaliou-se a distribuição do abastecimento nas favelas. O objetivo dessa análise foi evidenciar as favelas mais carentes desse serviço. O IBGE mapeou 1.724 favelas no estado do Rio de Janeiro. Dessas, 142 apresentam menos de 20% de domicílios conectados à rede geral. Muitas delas concentram-se na região Metropolitana I, que inclui a Baixada Fluminense e o município do RJ. Essa concentração revela maior vulnerabilidade à falta de água potável nessas regiões apontando a necessidade de direcionar investimentos prioritários às favelas com menor cobertura.



INDICADORES DE SANEAMENTO BÁSICO NO COMPLEXO DO LINS (RJ): COMPARAÇÃO ENTRE OS CENSOS DO IBGE DE 2010 E 2022 E PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE

Autor: **Rodrigo Bezerra da silva**

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

Avaliar os indicadores de saneamento básico em favelas e comunidades urbanas, com base nos censos do IBGE de 2010 e 2022, permite identificar mudanças significativas ao longo do tempo. Avaliar também a percepção dos moradores revela a realidade concreta vivida nesses territórios. Problemas frequentes incluem a falta de água potável, esgotamento sanitário inadequado e acúmulo de resíduos sólidos. A compreensão da população sobre o saneamento em suas residências evidencia a precariedade dos serviços. Esses dados são fundamentais para orientar políticas públicas e subsidiar ações voltadas a áreas invisibilizadas. Integrar informações oficiais e percepções locais proporciona uma análise mais completa. A abordagem favorece o planejamento de intervenções eficazes. Contribui ainda para reduzir desigualdades urbanas e sociais. Além disso, fortalece a tomada de decisão governamental. Assim, busca-se melhorar a qualidade de vida nessas comunidades.



SANEAMENTO, RECICLAGEM E MOBILIZAÇÃO: A LUTA POR JUSTIÇA AMBIENTAL EM JARDIM AMÉRICA, VIGÁRIO GERAL E PARADA DE LUCAS

Autor: João Pedro da Silva

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

A investigação revela um quadro de negligência histórica por parte do Estado, exacerbado por uma transição para a gestão privada que, embora tenha trazido intervenções pontuais, ainda opera sob um modelo de gestão de crises reativas em vez de investimento sistêmico proativo. Os moradores enfrentam um ciclo persistente de interrupções no fornecimento de água, extravasamentos de esgoto e os consequentes riscos à saúde pública, como a leptospirose. Em resposta, a comunidade desenvolveu uma sofisticada arquitetura de mobilização que combina ações diretas, como protestos de rua, com engajamento institucional e participação em redes de advocacia em toda a cidade, demonstrando uma notável evolução da simples demanda por serviços para uma exigência de responsabilização e transparência. Paralelamente, iniciativas de coleta de óleo de cozinha, lideradas por atores públicos e corporativos, surgem como uma nova frente de ativismo ambiental, embora sua implementação revele uma tendência de transferir a responsabilidade pela manutenção preventiva da infraestrutura para os cidadãos. O cenário é definido por uma governança fragmentada, onde a sobreposição de responsabilidades entre a concessionária privada, os órgãos municipais e as agências reguladoras cria um labirinto burocrático que dificulta a resolução de problemas e mina a confiança pública. O relatório conclui com recomendações estratégicas destinadas a fortalecer as redes comunitárias, aprimorar a advocacia baseada em evidências e forjar um novo contrato social entre os moradores, as autoridades públicas e a concessionária, visando garantir o direito fundamental a um ambiente urbano digno e saudável.



DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO: UM OLHAR DA VIGILÂNCIA POPULAR EM FISCHER, TERESÓPOLIS

Autora: **Victoria Alves de Oliveira**

Bolsista/Pesquisadora Fiocruz/ENSP/Projeto de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O trabalho referente ao projeto “Vigilância Popular em Saneamento e Saúde no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nos territórios vulnerabilizados”, desenvolvido pela Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde, em parceria Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, tem como objetivo fortalecer a participação da sociedade civil no monitoramento dos serviços de saneamento básico e seus impactos na saúde. A metodologia utilizada fundamenta-se na pesquisa-ação, com a aplicação de questionários em municípios selecionados do estado, a fim de levantar informações sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, além das condições de moradia. Em uma das ações do projeto, o instrumento foi aplicado no bairro Fischer, em Teresópolis, município marcado pela tragédia dos deslizamentos de 2011, que resultou em perdas humanas e deslocamentos forçados. As famílias residentes em Fischer encontram-se em situação de vulnerabilidade, sem acesso regular à água potável, sem tratamento de esgoto e vivendo em habitações precárias. Os dados coletados indicam que a ausência de saneamento básico aprofunda desigualdades históricas e agrava riscos à saúde da população. O projeto evidencia a necessidade de políticas públicas efetivas e do fortalecimento da vigilância popular como estratégia de garantia do direito humano à água, ao saneamento e ao bem viver. Em geral, nas favelas urbanas, a infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem) é mais precária, deixando a população mais suscetível às injustiças sociais (HANDAM et al., 2022).



LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO E DADOS PRELIMINARES SOBRE A COMUNIDADE DE MANGUINHOS

Autor: **Alex da Silva de Freitas**

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

O acesso ao saneamento básico é um direito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela legislação brasileira. Essa ausência causa impactos significativos na saúde pública, dignidade humana e na qualidade de vida das populações mais vulneráveis (BRASIL, 2010; ONU, 2010). Alguns estudos têm apontado que a falta ou a precariedade no saneamento pode ocasionar diversas doenças, além de reforçar as desigualdades socioeconômicas. Diante desses dados, buscamos fazer um panorama das condições de saneamento na comunidade de Manguinhos, em parceria com lideranças locais e com a população para caracterizar as necessidades reais da favela, subsidiando políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades da população. Alguns resultados preliminares, incluindo um levantamento bibliométrico já foram obtidos, analisados e fornecerão subsídios para o aprofundamento das próximas etapas da investigação sobre a percepção da população em relação ao saneamento local.



COMUNICAÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO ÀS BARREIRAS HISTÓRICAS DO SANEAMENTO

Autor: **Raphael Coelho Peres**

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

A apresentação oferece um panorama das ações desenvolvidas no último mês pelo subprojeto Saneamento Ambiental com Ênfase em Comunicação Popular. O trabalho busca aproximar a população dos debates sobre saneamento básico, utilizando estratégias de comunicação popular como ferramentas de mobilização, conscientização e denúncia. Nesse processo, a comunicação mostra-se fundamental para dar visibilidade às desigualdades no acesso ao saneamento e aos seus impactos na saúde. Ao mesmo tempo, fortalece a participação social e a capacidade das comunidades de reivindicar direitos. Por fim, destaca os desafios enfrentados e evidencia como a comunicação popular se apresenta como um caminho estratégico para superar barreiras históricas e promover justiça socioambiental.



O IMPACTO DO CHORUME (LIXIVIADO) NO RIO SARAPUÍ E NO CANAL DO CUNHA

Autora: **Drielly Vital dos Santos**

Pesquisador/Bolsista Fiocruz/ENSP

O rio Sarapuí e o Canal do Cunha ficam localizados na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. O chorume e os poluentes lançados nas águas de Duque de Caxias não ficam restritos ao município. Eles se espalham e atingem ecossistemas sensíveis, chegando à Baía de Guanabara, bem como às suas áreas de manguezais. Na região de Gramacho foram coletadas amostras de cinco pontos definidos para avaliar a influência do lixiviado e dois pontos dentro do manguezal. Temos como objetivo contribuir com dados de pesquisa que possam subsidiar ação de reparo ambiental no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).



CONTRIBUIÇÕES DA TARIFA SOCIAL NA AMPLIAÇÃO AO ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E AO SANEAMENTO BÁSICO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autores: **Adriana Sotero-Martins** (1); Caroline Eloí Oliveira da Silva (2); Natasha Berendonk Handam (2); Priscila Gonçalves Moura (2); Rafael Nunes (2); Rejany Ferreira dos Santos (2); Maria José Salles (1)

(1) Pesquisadora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
(2) Pesquisador (a) /Bolsista Fiocruz/ENSP

A tarifa social está prevista na lei 14.898/2024. Foi aplicado uma modelagem simplificada, baseada em dados do censo de 2010 para estimando o número de famílias que poderiam ser beneficiadas pela tarifa social. O estudo demonstrou como a tarifa social pode contribuir com recursos na outorga variável mensal que as concessionárias pagam aos titulares dos serviços (3% do lucro advindo do pagamento das tarifas) e ao Fundo Metropolitano (0,5% do lucro advindo do pagamento das tarifas), e que 15.9% dos domicílios seriam de famílias que poderiam se enquadrar nessa faixa de tarifa. Conclui-se que a tarifa social é um instrumento de acessibilidade aos serviços de água e esgoto para famílias de baixa renda no estado do Rio de Janeiro.



AValiação DOS INDICADORES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

Autora: **Caroline Eloi Oliveira da Silva**

Doutoranda em Saúde Pública e Meio Ambiente da ENSP/Fiocruz;
Pesquisadora/Bolsista Fiocruz/ENSP

O trabalho apresenta uma avaliação dos indicadores de esgotamento sanitário nos 96 municípios do Rio de Janeiro, com base no Censo 2022 do IBGE. No estado, 84,38% dos domicílios utilizam rede geral, pluvial ou fossa ligada à rede; 6,60% fossa séptica não ligada a rede; 2,90% fossa rudimentar ou buraco; 3,10% vala; 2,65% cursos d'água; e 0,36% outras formas. Os menores índices de acesso à rede foram observados em São Francisco de Itabapoana (3,21%) e Paraty (17,72%), que possuem como principal forma de esgotamento sanitário a fossa rudimentar ou buraco e a fossa séptica não ligada à rede, respectivamente. Por outro lado, Nilópolis e São João de Meriti, na Região Metropolitana, apresentaram os maiores índices de acesso à rede, de 98,8% e 97,6%, respectivamente. Os resultados evidenciam desigualdades significativas, com carência elevada no acesso adequado ao esgotamento sanitário em diversos municípios do estado.



IRREGULARIDADES NOS DADOS DE INDICADORES DE CUMPRIMENTO DAS METAS DE DESEMPENHO ENVIADA PELAS CONCESSIONÁRIAS, BLOCOS 1, 2, 3 E 4, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PERÍODO 2022 - 2024

Autores: **Lilian de Jesus Santos** (1), Gabriela Merola (1), Adriana Sotero-Martins (2)

(1) Pesquisador (a) /Bolsista Fiocruz/ENSP; (2) Pesquisadora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

A partir da análise crítica dos dados fornecidos pelas concessionárias Blocos 1, 2, 3 e 4 para o verificador independente (FIPE), eles foram validados e utilizados pela agência reguladora AGENERSA para avaliar o cumprimento dos contratos e definição do reajuste das tarifas. O período de relatórios analisados foi de 2022 a 2024, focando no monitoramento dos índices de qualidade do esgoto (IQE). Constatou-se que nos relatórios e anexos disponibilizados, não houve a devida indicação de responsabilidade técnica nas análises laboratoriais realizadas, o que inviabiliza a confiança dos valores que reverberam nos índices apresentados pelas concessionárias e validados pela FIPE. Observou-se, ainda, que os relatórios da FIPE não trazem anexados os resultados das análises laboratoriais com identificação do responsável técnico.



COMUNICAÇÃO POPULAR EM SANEAMENTO: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Autoras: **Maria José Salles**, Caroline Eloí Oliveira da Silva, Natasha Berendonk Handam, Rafael Pereira Nunes, Rejany Ferreira dos Santos, Ericka Kathellin Santos Amaro, Drielly Vital Dos Santos, Lúcia Cristina Souza Soares, Adriana Sotero-Martins

Pesquisadores/Bolsista Fiocruz/ENSP

Nem todo cidadão reconhecer ou sabe sobre seu direito de reclamar pela falta de atendimento pelos serviços públicos de acesso ao saneamento, pois não chegar informações sobre onde e como fazer. O grupo de pesquisa “Saúde, Ambiente e Saneamento” da Fiocruz/ENSP (@gp_fiocruz_saude_saneamento) se organizou e elaborou o Caderno de Saúde e Ambiente Nº 3 "Direito humano à água e ao saneamento: comunicação e participação social" como um instrumento para trabalho nas Oficinas e Rodas de Conversas em favelas e comunidades urbanas. Essa cartilha está disponível no repositório em: <https://arca.fiocruz.br/items/b7bb9022-018b-4a7d-9b1bcf7a9ccabcba>. Ele trata sobre os temas: o saneamento como direito humano, traz canais de atendimentos para realizar reclamações quanto a falta de serviços; sobre mínimo vital de água para a população; traz orientações para prevenção de DRSAI.



LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO PRELIMINAR SOBRE AS COMUNIDADES SALGUEIRO E JACAREZINHO/RJ

Autores: Ana Dalva de Oliveira Santos

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

O acesso ao saneamento básico é um direito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela legislação brasileira. Essa ausência causa impactos significativos na saúde pública, dignidade humana e na qualidade de vida das populações mais vulneráveis (BRASIL, 2010; ONU, 2010). Alguns estudos têm apontado que a falta ou a precariedade no saneamento pode ocasionar diversas doenças, além de reforçar as desigualdades socioeconômicas. Diante desses dados, buscamos fazer um panorama das condições de saneamento nas comunidades do Complexo do Salgueiro e Jacarezinho, em parceria com lideranças locais e com a população para caracterizar as necessidades reais da favela, subsidiando políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades da população. Alguns resultados preliminares já foram obtidos, analisados e fornecerão subsídios para o aprofundamento das próximas etapas da investigação sobre a percepção da população em relação ao saneamento local.



DESTAQUES SOBRE OS BALANÇOS FINANCEIROS E AS REDES DE ACIONISTAS E DIRIGENTES DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS

Autor: João Roberto Lopes Pinto

Bolsista Fiocruz/ENSP / Projeto Vigilância Popular em Saneamento e Saúde

A equipe do Subprojeto “Monitoramento financeiro das concessionárias privadas” vem trabalhando com três objetivos gerais: mapear e analisar a rede de acionistas e dirigentes das concessionárias privadas; acompanhar e analisar os balanços financeiros das concessionárias; e acompanhar e analisar a política tarifária de água e esgoto aplicada pelas concessionárias. Sobre os balanços financeiros temos acompanhado a evolução da receita operacional, investimento, lucro/prejuízo, dividendos e endividamento das concessionárias. Quanto às redes de acionistas e dirigentes temos mapeado e analisado, por meio do uso do GEPHI, as conexões entre eles, bem como o grau de centralidade dos principais nomes e Instituições. No que se refere à política tarifária, temos acompanhado o déficit de tarifa social nas áreas de concessão do saneamento.



DE OLHO NA ÁGUA, COM OS PÉS NAS RUAS

Autores: **Matheus Fontenele**; Rafael Pereira Nunes; Adriana Sotero-Martins

Pesquisadores/Bolsistas Fiocruz/ENSP

Esse trabalho demonstrou a importância da consulta cidadã de dados junto a ações na Cidade de Deus, em Manguinhos, na Bienal do Livro e na Ação de Cidadania, a ida dos bolsistas nos diferentes territórios contribui para legitimar as pesquisas científicas com dados obtidos nos diferentes territórios. Estamos construindo um banco de dados baseado nas reclamações e impressões atuais de cada região sobre saneamento e saúde.



CONTAMINAÇÃO INVISÍVEL

Autoras: Isabela de Paula de Faria, Júlia Carvalho Grijó, Daniele de Almeida Carvalho, Bianca Dieile da Silva

Pesquisadoras Fiocruz/ENSP – DSSA

O trabalho tratou sobre a contaminação ambiental dos microplásticos e efeitos na saúde ambiental e humana, e como contribui nas mudanças climáticas planetária.